

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

EDUCAÇÃO SEXUAL E MENSTRUAL NO COMBATE À AGENDA ANTIGÊNERO: PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO

Angélica Antonechen Colombo

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.10106>

Submetido em: 2024-12-10

Postado em: 2024-12-20 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

ARTIGO

EDUCAÇÃO SEXUAL E MENSTRUAL NO COMBATE À AGENDA ANTIGÊNERO: PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO

ANGÉLICA ANTONECHEN COLOMBO¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6949-5385>

[<angelica.colombo@ifpr.edu.br>](mailto:angelica.colombo@ifpr.edu.br)

¹ Instituto Federal do Paraná. Curitiba, Paraná (PR).

RESUMO: Nos últimos anos, no Brasil, o número de nascidos vivos de mães adolescentes entre 15 e 19 anos tem se mostrado preocupante. Em 2021, mais de 347 mil nascimentos eram de adolescentes entre 15 e 19 anos e, em 2022, o índice diminuiu, mas continuou registrando mais de 300 mil nascimentos. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), estes índices podem ser reduzidos por meio do acesso à educação sexual e à informações adequadas sobre métodos contraceptivos e prevenção de ISTs. Na contramão do que recomenda a OMS, o avanço da agenda antigênero no Brasil têm difundido informações equivocadas sobre temas essenciais para uma sociedade que enfrenta índices tão altos, especialmente entre adolescentes. Este trabalho visa apresentar um relato de experiência sobre a produção de material didático sobre Educação Sexual e Menstrual no Instituto Federal do Paraná. Além disso, o trabalho também pretende apresentar debates a respeito do avanço da agenda antigênero no Brasil e sobre a importância de se trabalhar com temas relacionados à educação sexual e menstrual no combate a esse movimento conservador. Para isso, o texto foi organizado a partir de pesquisa bibliográfica e documental. Como resultados, o trabalho visa contribuir com as discussões a respeito dos temas tratados e compartilhar materiais pedagógicos de acesso livre sobre educação sexual e menstrual.

Palavras-chave: Institutos Federais, educação em sexualidade, pobreza menstrual, cartilha.

SEXUAL AND MENSTRUAL EDUCATION IN COUNTERING THE ANTI-GENDER AGENDA: DEVELOPMENT OF EDUCATIONAL MATERIALS

ABSTRACT: In recent years, Brazil has witnessed a concerning number of live births among adolescent mothers aged 15 to 19. In 2021, over 347,000 births were recorded in this age group, and although the figure declined slightly in 2022, it still surpassed 300,000. According to the World Health Organization (WHO), these rates can be mitigated through access to sexual education and accurate information on contraceptive methods and the prevention of sexually transmitted infections (STIs). However, contrary to WHO recommendations, the rise of the anti-gender agenda in Brazil has propagated misinformation on crucial topics for addressing such high rates, particularly among adolescents. This study aims to present an experiential report on the development of educational materials focused on Sexual and Menstrual Education at the Federal Institute of Paraná. Additionally, it seeks to foster discussions on the rise of the anti-gender agenda in Brazil and highlight the importance of addressing sexual and menstrual education to counteract this conservative movement. The study

draws upon bibliographic and documentary research to structure its analysis. As outcomes, it aims to contribute to the discourse on these critical topics and to share open-access educational materials on sexual and menstrual education.

Keywords: Federal Institutes; sexuality education; menstrual poverty; instructional booklet.

EDUCACIÓN SEXUAL Y MENSTRUAL COMO HERRAMIENTA CONTRA LA AGENDA ANTIGÉNERO: DESARROLLO DE MATERIAL DIDÁCTICO

RESUMEN: En los últimos años, Brasil ha registrado cifras alarmantes de nacimientos entre adolescentes de 15 a 19 años. En 2021, más de 347 mil nacidos vivos correspondieron a madres adolescentes de este grupo etario. Aunque en 2022 se observó una ligera disminución, los casos continuaron superando los 300 mil. Según la Organización Mundial de la Salud (OMS), estas cifras podrían reducirse mediante el acceso a una educación sexual integral y a la difusión de información precisa sobre métodos anticonceptivos y la prevención de infecciones de transmisión sexual (ITS). Sin embargo, en oposición a las recomendaciones de la OMS, el avance de la agenda antigénero en Brasil ha fomentado la propagación de información incorrecta y sesgada sobre temas fundamentales para abordar esta problemática, particularmente entre adolescentes. En este contexto, el presente estudio tiene como objetivo presentar un relato de experiencia sobre la creación de material didáctico enfocado en Educación Sexual y Menstrual, desarrollado en el Instituto Federal de Paraná (IFPR). Asimismo, el trabajo pretende reflexionar sobre el impacto de la agenda antigénero en Brasil y subrayar la importancia de abordar la educación sexual y menstrual como herramientas esenciales para contrarrestar esta corriente conservadora. Metodológicamente, el estudio se sustenta en una revisión bibliográfica y documental. Como resultado, este proyecto aspira a contribuir al debate académico en torno a estas temáticas y a poner a disposición materiales pedagógicos de acceso libre que promuevan la difusión de información basada en evidencia científica, accesible y clara.

Palabras clave: Institutos Federales, educación en sexualidad, pobreza menstrual, cartillas educativas.

INTRODUÇÃO

A proposta deste artigo é apresentar um relato de experiência sobre a produção de material didático sobre Educação Sexual e Menstrual no Instituto Federal do Paraná. A fim de contextualizar esse relato de experiência, o trabalho também apresentará os debates acerca do avanço da agenda antigénero no Brasil e a importância da Educação Sexual e Menstrual.

A produção dos materiais didáticos sobre Educação Sexual e Menstrual justifica-se pela urgência em desenvolver pesquisas e promover espaços de debate sobre esses temas em ambientes escolares, a fim de lidar com pelo menos dois problemas decorrentes. O primeiro diz respeito aos indicadores nacionais de gravidez precoce e vulnerabilidade menstrual; o segundo refere-se ao avanço da agenda antigénero contra propostas de educação sexual, que limita o acesso dos jovens à informações necessárias para o exercício saudável e sem preconceitos da sexualidade.

Ademais, os dados apresentados a seguir podem contribuir para a compreensão deste trabalho. Nos últimos anos, no Brasil, o número de nascimentos de filhos de mães adolescentes entre 15 e 19 anos tem se mostrado preocupante¹. Em 2021, foram registrados 347.279 nascimentos de mães dessa faixa etária, dos quais 34,4% ocorreram na região Nordeste e 17,8% na região Norte. Em 2022, o total de nascidos vivos de mães adolescentes entre 15 e 19 anos foi de 300.313, sendo 33,3% só na

¹ Dados levantados por meio do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC) em 6 novembro de 2024. Os dados do ano de 2023 e 2024 são disponibilizados pela plataforma como resultados preliminares.

região Nordeste. Em 2023, registrou-se o nascimento de 13.934 crianças de mães com até 14 anos e 289.093 de mães entre 15 e 19 anos. A maior concentração ocorreu novamente nas regiões Norte e Nordeste, contabilizando 17,9% e 33,1% dos nascimentos, respectivamente, enquanto o Sudeste também apresentou um número elevado, com 85.585 nascimentos, cerca de 29,6%. Até o momento, em 2024, mais de 165.263 nascidos vivos são de mães entre 15 e 19 anos.

Vale destacar que, o avanço da agenda antigênero no Brasil têm usado a retórica da chamada “ideologia de gênero” (BIROLI, 2023) para difundir informações equivocadas sobre temas essenciais para uma sociedade que enfrenta índices tão altos de gravidez na adolescência. Exemplos dessa agenda incluem políticas que promovem campanhas de abstinência sexual sem dar a devida importância à educação sobre contracepção e prevenção de ISTs. Uma dessas iniciativas foi a campanha “Adolescência primeiro, gravidez depois: tudo tem seu tempo,” lançada em 2020 pela ex-ministra Damares Alves (BRASIL, 2020). Além disso, propostas como o projeto “Escola Sem Partido” buscam limitar e monitorar os conteúdos ensinados nas escolas, promovendo a ideia de que professores estariam “doutrinando” estudantes. Soma-se a isso o aumento de projetos de lei — mais de 100 atualmente — que tentam proibir a abordagem de questões de gênero e sexualidade especialmente nos espaços escolares. Esse movimento compromete o acesso à informações fundamentais e limita o debate necessário para lidar com questões sociais urgentes, como a gravidez precoce.

Apesar da eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2022, a situação dos direitos reprodutivos no Brasil ainda enfrenta obstáculos significativos. Projetos de lei alinhados com a agenda antigênero continuam em tramitação no Planalto. Um exemplo marcante é o Projeto de Lei nº 1.904/2024, que estabelece um limite de 22 semanas de gestação para a realização de abortos legais e propõe a aplicação da pena de homicídio simples para abortos realizados após esse prazo, incluindo casos de gravidez resultante de estupro. Além disso, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou em novembro de 2024 a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 164/2012², que acaba com a possibilidade de aborto legal no país. A PEC tem como objetivo alterar o artigo 5º da Constituição Federal (1988) para fixar o direito à “inviolabilidade do direito à vida desde a concepção”, inviabilizando a interrupção da gravidez nos casos já autorizados no Brasil, que são aqueles em que há risco de vida para a gestante, fetos anencéfalos ou gravidez após violência sexual.

Mesmo com esse retrocesso, há alguns avanços que devem ser mencionados. Em fevereiro de 2024, o Ministério da Saúde lançou uma cartilha sobre educação sexual (BRASIL, 2024b) que busca tratar de temas como desigualdade de gênero, diversidade sexual e tipos de violência de gênero. Um passo importante, mas que ainda precisa ser incorporado em espaços em que os adolescentes estão cotidianamente inseridos, como as escolas, por exemplo. Podemos destacar também o Programa Dignidade Menstrual, lançado em 2023 (BRASIL, 2023) pelo Governo Federal, que distribui gratuitamente absorventes para pessoas de baixa renda matriculadas em escolas da rede pública ou pessoas em situação de vulnerabilidade. Além disso, em 2024, o Ministério da Educação (MEC), que é um dos parceiros do programa, iniciou uma campanha de orientação sobre a iniciativa nas escolas públicas de todo o País.

Importante destacar também a Lei nº 14.986/2024 sancionada pelo presidente Lula em setembro de 2024, que busca estimular o ensino de abordagens baseadas nas experiências e nas perspectivas femininas nas escolas públicas e particulares de ensino fundamental e médio. Além de alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), institui a Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História no âmbito das escolas de educação básica do País, que será celebrada sempre na segunda semana de março de cada ano (BRASIL, 2024a).

Diante desse cenário, é necessário construir espaços de debates a respeito de temas tão caros. Por isso, trabalhar com a educação sexual e menstrual em ambientes escolares é tão importante. Será na escola que os jovens terão contato com diferentes formas de conhecimentos, que conviverão com diversas pessoas, que irão vivenciar inúmeras experiências que afetarão diretamente suas vidas, o

² A PEC 164/2012 precisará passar por uma comissão especial para só então ir para o plenário da Câmara dos Deputados.

que contribuirá para construção de suas identidades. Nesse sentido, é fundamental que esses jovens tenham liberdade para expressar o que pensam sem se sentirem desrespeitados. Por isso, promover espaços de acolhimento e de compartilhamento de informações é também contribuir para mitigar e evitar quaisquer situações que possam afetar a vida desses adolescentes, como é o caso da gravidez precoce.

Os Institutos Federais são instituições que oferecem educação profissional e tecnológica gratuitamente por todo o país. Uma das prerrogativas dos institutos é ofertar atividades de ensino, pesquisa e extensão em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos. Diante dessa oportunidade, o presente trabalho irá apresentar um relato de experiência sobre a produção de materiais didáticos sobre educação sexual e menstrual no Instituto Federal do Paraná (IFPR), resultados de atividades desenvolvidas em um projeto de pesquisa e extensão realizado com o apoio de estudantes bolsistas, além de financiamento institucional.

Para apresentar esse relato, o texto foi elaborado a partir de pesquisas bibliográficas e documentais. Para fins de esclarecimentos o trabalho será organizado em três partes. Na primeira parte, serão apresentados os debates acerca do avanço da agenda antigênero no Brasil. Na segunda, será debatido pesquisas sobre educação sexual e vulnerabilidade menstrual. E por último, será apresentado o relato de experiência sobre a produção de material didático sobre educação sexual e menstrual no Instituto Federal do Paraná.

AGENDA ANTIGÊNERO NO BRASIL

Os movimentos antigênero têm alcançado espaços para além de sua atuação política, adentrado nos mais diversos contextos da vida cotidiana, se fazendo presentes nas instituições, na mídia, etc. Esse fenômeno pode ser observado especialmente no Brasil, mas também acontece ao redor do mundo, principalmente nas últimas duas décadas do século XXI. Movimentos antigênero têm se organizado desde a década de 1990, especialmente contra os direitos da população LGBTQIA+, além de atuarem contra diversos projetos sobre os direitos reprodutivos, as legislações contra a violência de gênero e LGBTQIA+. No Brasil o caso mais emblemático desse movimento é a atuação legislativa da ex-ministra e atual senadora Damares Alves.

O movimento antigênero luta contra a chamada “ideologia de gênero” que — junto com outros movimentos, como o da “Escola Sem Partido” — declararam guerra contra uma suposta doutrinação ideológica que paira as salas de aulas das universidades e das escolas, encabeçada por “intelectuais de esquerda” que falam sobre a ideologia de gênero e o comunismo em suas aulas. Na sua visita ao Brasil em 2017, a filósofa Judith Butler sofreu ameaças e foi recebida por manifestantes que a chamavam de bruxa, e pediam o fim da “ideologia de gênero”. Esse evento ficou marcado na vida da autora, fazendo ela escrever a obra “Quem tem medo de gênero?” lançada em 2024, em que ela cita esse acontecimento:

Esta obra foi desenvolvida ao longo de vários anos, começando com acontecimentos no Brasil em 2017, onde a queima de uma efígie que me representava reuniu multidões do lado de fora de uma conferência da qual participava, e onde, no aeroporto, minha parceira e eu nos deparamos com pessoas que ameaçaram nos agredir fisicamente. Ao refletir sobre quem eram aquelas pessoas furiosas que nos acusaram de um conjunto caótico e sinistro de crimes sexuais, decidi escrever sobre o movimento contra a ideologia de gênero (BUTLER, 2024, s.p).

Será durante o governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro e da ex-ministra Damares Alves que o movimento antigênero irá se expandir para as mais diferentes esferas, tanto políticas quanto privadas. Apoiadores de movimentos como o Movimento Pró-vida, Cura Gay e o Movimento Ex-Gays do Brasil (MEGB), reforçavam a presença desses ideais em diversos projetos e políticas de governo. Podemos citar o mandato da ex-ministra Damares Alves, quando as articulações políticas antigênero apareciam em quase todos os temas ao redor de suas ações, dando principal destaque a sua “luta”

contra uma suposta ideologia de gênero, que para a senadora, encontrava-se presente nas mais diversas instituições, incluindo as escolas.

Algumas ações da ex-ministra podem ser destacadas para reforçar sua falta de comprometimento com questões que afetam principalmente mulheres e a comunidade LGBTQIAP+. Destacamos pelo menos três para reforçar a justificativa deste trabalho. Primeiramente é preciso lembrar da declaração que deu quando o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro venceu as eleições de 2019, afirmando que “meninos vestem azul, meninas vestem rosa”, ilustrando nitidamente sua defesa ao essencialismo de gênero. Aponta-se ainda, o já citado programa “Adolescência primeiro, gravidez depois: tudo tem seu tempo” (BRASIL, 2020), que tinha o intuito de levar aos adolescentes informações sobre abstinência sexual, evitando trazer para o debates questões como contracepção e prevenção de IST's, defendendo que adolescentes não deveriam ter acesso à essas informações pois elas “influenciariam” os jovens a praticarem relações sexuais. O fato é que muitos jovens possuem uma vida sexual ativa e precisam de informações adequadas sobre educação sexual. Cabral e Brandão (2020, p. 1), afirmam que: “a escolha de não pautar o exercício sexual nessa fase da vida e não enfrentar publicamente a violência sexual que atinge majoritariamente meninas, na infância e adolescência, suprime uma possibilidade importante de diálogo sobre desigualdade de gênero.”

Outro destaque pode ser dado ao seu apoio ao veto do ex-presidente ao projeto que previa a distribuição gratuita de absorventes para população vulnerável. Na ocasião, o ex-presidente sancionou a lei que instituiu o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual (BRASIL, 2023), mas vetou a distribuição gratuita dos absorventes. A ex-ministra questionou qual deveria ser a prioridade do governo, as vacinas ou os absorventes, já que no ano de 2021, o Brasil ainda enfrentava o desafio de lidar com a pandemia da Covid-19. Ao justificar o apoio ao veto, a ex-ministra afirmou que seria lançado um programa para distribuir absorventes gratuitamente, foi que em 2022, ex-presidente editou o decreto que regulamenta a Lei nº. nº 14.214, de 6 de outubro de 2021, que foi promulgada em março de 2022. Porém, até agosto de 2022 não havia sido realizada nenhuma das ações propostas pelo programa (AMARAL, 2022).

Ao levar em consideração o avanço da agenda antigênero na elaboração de políticas públicas, conseguimos encontrar alguns projetos de leis e outros projetos sancionados ao redor do país, especialmente no que diz respeito ao tratamento de temas como gênero e sexualidade em espaços escolares. Para citar pelo menos um, podemos destacar o projeto do estado de Goiás, que em 2022, foi aprovado o projeto de lei que proíbe “ideologia de gênero” nas escolas de Goiás. A medida vai contra a legislação nacional e a liberdade de ensino. Segundo informações do texto aprovado, lê-se que "o planejamento educacional deverá abordar matérias que garantam a neutralidade ideológica, respeitando os direitos das famílias e dos educandos, a receberem a orientação sexual de acordo com as convicções morais de seus pais ou responsável legal" (AGÊNCIA ASSEMBLEIA DE NOTÍCIAS, 2022).

Mesmo que o país tem enfrentado nos últimos anos, um avanço da agenda conservadora antigênero, principalmente no que diz respeito aos direitos reprodutivos e as pautas sobre às questões de gênero, cabe ressaltar que, desde a promulgação da Constituição de 1988 e dos demais documentos que norteiam as práticas educativas e o funcionamento das escolas no Brasil, encontramos poucos avanços em relação a educação sexual. A Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96, traz em seu conteúdo a menção a respeito da Diversidade Sexual e de Gênero. No documento podemos observar a proposta de trabalhar com tal tema de forma transversal, vinculado a questões sociais em diferentes componentes disciplinares (BRASIL, 1996). Também nos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1997 no volume 10, intitulado “Pluralidade Cultural e Orientação Sexual”, vamos encontrar aspectos que tratam dessas temáticas a partir de uma perspectiva transversal (BRASIL, 1997).

No documento norteador mais recente no campo da Educação, a Base Nacional Curricular Comum BNCC (BRASIL, 2018). os conteúdos sobre sexualidade aparecem somente nos componentes de Ciências quando é tratado dos tópicos sobre aparelho reprodutor. Não faz menção às questões de gênero e, quando trata da sexualidade, menciona que “nos anos finais, são abordados também temas relacionados à reprodução e à sexualidade humana assuntos de grande interesse e relevância social

nessa faixa etária” (BRASIL, 2018, p. 349), porém não dá nenhum encaminhamento de como esses temas deverão ser trabalhados. O mesmo documento “se isenta de trazer para as suas diretrizes as palavras homofobia e a sigla LGBTQIAP+” (COLOMBO, 2022, p. 4).

Já no espectro das políticas públicas em saúde verificamos uma diversidade de projetos que tratam especificamente da sexualidade e dos direitos reprodutivos:

Como exemplo, é possível citar o programa criado em 1996 pelo Ministério da Saúde, chamado “Saúde para Adolescentes” (PROSAD), que contém estratégias de cuidados com adolescentes com o objetivo de reduzir questões de risco e vulnerabilidade. Em 2007, o “Marco Teórico Referencial da Saúde Sexual e Reprodutiva de Adolescentes e Jovens” (BRASIL, 2007a) incluiu os aspectos legais que reconhecem os direitos sexuais e reprodutivos da população adolescente. Ainda no mesmo ano, com parceria dos Ministérios da Educação e da Saúde, foi lançado o programa “Saúde nas Escolas” (PSE) (BRASIL, 2007b), que apresenta a atuação dos ministérios em diversas temáticas vinculadas à saúde de crianças e adolescentes, incluindo as questões relacionadas à saúde sexual. Já em 2010, podemos destacar as “Diretrizes Nacionais para a Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens na Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde” (BRASIL, 2010), na qual se destacam os fatores determinantes para a saúde sexual e reprodutiva. Ainda no campo da saúde, em 2013, tem destaque o Caderno de Atenção Básica número 26, sobre a “Saúde Sexual e Reprodutiva de Adolescentes e Jovens” (BRASIL, 2013), que oferece subsídios e orientação voltados aos profissionais sobre práticas de cuidado em saúde e sexualidade [...] (COLOMBO, 2022, p. 3-4).

No que tange às políticas mais recentes sobre a educação sexual, a já citada cartilha sobre educação sexual desenvolvida pelo Ministério da Educação se mostra como um grande avanço comparada aos anos anteriores, e até mesmo um movimento contra a corrente da agenda antigênero. Porém, como foi mencionado, essa iniciativa precisa se expandir para os espaços escolares a fim de fazer cumprir efetivamente seu objetivo. Vale ressaltar que poucos jovens, principalmente os meninos, procuram os centros de atendimento à saúde para tratar de questões relacionadas à sexualidade. Muitos adolescentes iniciam a vida sexual sem ter conhecimentos adequados sobre contracepção, já que muitos dos temas necessários não são tratados nas escolas, deixando aos adolescente terem acesso a essas informações principalmente pela internet. Assim como o trabalho do Programa Dignidade Menstrual que terá apoio do Ministério da Educação para a sua divulgação nas escolas, mostra-se mais que necessário o tratamento de demais tópicos sobre saúde sexual nesses espaços.

Nos próximos tópicos apresentaremos a importância da educação sexual e menstrual no combate à desinformação veiculada por esse movimento antigênero, oferecendo materiais pedagógicos que podem ser utilizados nos mais diversos espaços escolares.

EDUCAÇÃO SEXUAL E MENSTRUAL

Ainda que se pense na necessidade de trabalhar com educação sexual nas escolas, é preciso tomar cuidados no que diz respeito à sua abordagem. A sexualidade é um fenômeno social e político e é “fato de que a sexualidade é "aprendida", ou melhor, é construída, ao longo de toda a vida, de muitos modos, por todos os sujeitos” (LOURO, 2001, p. 8). Nesse sentido, a sexualidade é considerada como uma experiência de vida que pode ser experienciada de diferentes maneiras. Não se trata de pensar a sexualidade a partir do ponto de vista biológico, isto é, que as formas de performar a sexualidade são naturais, estão inscritas na biologia de cada indivíduo, e por isso, devem ser cumpridas conforme as leis da natureza. Isso abre margem para a defesa do essencialismo de gênero que espera que homens e mulheres que nasceram biologicamente nesse gênero, tenham que performar uma única forma de sexualidade e de identidade de gênero (LOURO, 2001). Esse é um dos argumentos da agenda antigênero (BUTLER, 2024).

A Educação Sexual é um processo que busca oferecer conhecimentos acerca de temas como sexualidade, infecções sexualmente transmissíveis (IST), métodos contraceptivos, gravidez na adolescência, reconhecimento e prevenção de situações de abuso sexual. Enquanto abordagem

educativa, a Educação Sexual compreende aspectos amplos da vida dos sujeitos, como aspectos sociais, históricos, culturais e biológicos que estão presentes na constituição da sexualidade humana (Cabral; Brandão, 2020).

Pensar a sexualidade como um fenômeno histórico faz com que as formas de abordagem desse tema estejam sempre atentas à realidade em que os sujeitos estão inseridos. Por isso é imperativo alinhar as formas nas quais a educação sexual será trabalhada em ambientes escolares. E isso nos leva a pensar na formação de docentes e profissionais da educação. O Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001 (BRASIL, 2001), traz em seu conteúdo questões sobre Educação Sexual no que diz respeito aos cursos de formação de professores, entretanto, no atual PNE (2014-2024) (BRASIL, 2014), tais questões não são mencionadas. Guacira Louro (2001, p. 18) nos questiona:

A ação pedagógica mais explícita, aquela que encheria as páginas dos planejamentos e dos relatórios educacionais, voltava-se, muito provavelmente, para a descrição, em detalhes, das características que constituíam a qualificação "civilizado", ou seja, voltava-se de forma manifesta para os atributos lógicos e intelectuais que, supostamente, seriam adquiridos na escola, através de práticas de ensino específicas. O investimento mais profundo, contudo, o investimento de base da escolarização se dirigia para o que era substantivo: para a formação de homens e mulheres "de verdade". Em que consistia isso? Existiam (e, sem dúvida, existem) algumas referências e critérios para discernir e decidir o quanto cada menino ou menina, cada adolescente e jovem estava se aproximando ou se afastando da "norma" desejada.

Para oferecer condições mínimas para profissionais de educação e professores, se faz necessário trabalhar com os temas que abordam as questões da sexualidade em diferentes aspectos. Na condição de formar um sujeito para exercer a cidadania, temas relacionados à equidade de gênero, violência de gênero, homofobia, identidades de gênero, entre outros, podem ser trazidos para o debates em componentes das humanidades, por exemplo, mas não somente nas humanidades. O inverso também acontece. Trabalhar com temas que dissertam sobre corpo, contracepção, prevenção de ISTs e demais, não precisam ser tópicos apenas das ciências biológicas.

É na escola, que a pedagogia da sexualidade, como afirma Louro (2001), é efetivada. Isso pode acontecer tanto pela afirmação ou pelo silenciamento, dando abertura para legitimação de identidades e práticas sexuais específicas, seja aceitando, reprimindo ou até marginalizando certas identidades e certas práticas. A escola será um desses espaços, mas não só, que inscreve na formação dos sujeitos as formas legítimas de performatividades sociais. É no ambiente escolar que as memórias são construídas. Por isso a importância de trabalhar com questões relacionadas principalmente às diferentes formas de preconceitos.

É, principalmente, durante a adolescência, que temas relacionados à constituição de identidades e descobertas das sexualidades começam surgir. Como já mencionado, muitos adolescentes não encontram segurança para tratar sobre esses assuntos em outros espaços e, será a escola e nas interações sociais que ela oferece que esses jovens podem buscar informações quanto a esses temas. Nem sempre esses espaços estão preparados para lidar com essas questões. Pinto et al. (2024, p. 9-10) complementa que “[...] políticas públicas de saúde e educação devem promover o acesso a informações e insumos para o exercício da sexualidade responsável, segura, bem como garantir o exercício dos direitos de meninas e mulheres e atuar efetivamente na prevenção de violências.”

Ainda no escopo da educação sexual, podemos trazer para a discussão a educação menstrual. A pobreza menstrual atinge cerca de 26% das adolescentes brasileiras entre 15 e 17 anos (BRASIL, 2015), estima-se que uma em cada dez estudantes perdem aulas quando estão menstruadas pois não têm condições financeiras para comprar os próprios absorventes. Esses índices são potencializados quando leva-se em consideração os tabus, preconceitos e desinformação que perpetuam o sentimento negativo relacionado à menstruação (ASSAD, 2021). A Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) de 2015, apresenta dados referentes à pobreza sexual no Brasil:

A partir da pesquisa supracitada, sabe-se que 321 mil, ou seja, 3% das meninas estudantes do Brasil, frequentam escolas que não possuem banheiros em condições de uso. Dentro desse dado, tem-se que mais de 77% das escolas desse recorte são públicas estaduais. Estima-se que cerca de 1,24 milhões das estudantes brasileiras, 11,6% do total, não tenham acesso a papel higiênico nas suas escolas. Mais de 650 mil estudantes não têm pias em condição de uso, e mais de 3,5 milhões não têm sabão nos banheiros das instituições de ensino que frequentam. Ao cruzar esses dados, tem-se que 4 milhões, ou seja, 38% das estudantes brasileiras, frequentam escolas que não oferecem ao menos um dos itens de higiene básica listados anteriormente, e quase 200 mil estudantes frequentam escolas que não oferecem nenhum dos itens citados. (COLOMBO et al., 2024, p. 5).

Além da falta dos itens de higiene menstrual, de saneamento básico, a falta de informações adequadas sobre a saúde sexual e menstrual, também é uma das formas de compreender o conceito da pobreza menstrual. Por isso é fundamental ampliar os debates a respeito da educação sexual e menstrual para todas as pessoas. Uma das razões para levar a educação sexual e menstrual nas escolas é a de proporcionar aos jovens condições de processar noções sobre si e sobre seu próprio corpo. Além de compartilhar conhecimentos seguros para os adolescentes, a educação sexual e menstrual pode contribuir para desmistificar tabus referentes à menstruação que afetam a experiência de meninas, mulheres e menstruantes (COLOMBO et al., 2024, p. 5).

Trabalhos recentes³ mostram a importância da Educação Sexual e Menstrual no que diz respeito aos indicadores de gravidez precoce e de vulnerabilidade menstrual, e alertam sobre os cuidados a se trabalhar com esses temas nos espaços escolares. Entre eles, podemos citar o artigo intitulado “A Educação Sexual nas diferentes versões da Base Nacional Comum Curricular: da abertura do silenciamento em torno da temática” (VICENTE, 2024) que buscou analisar de que maneira a educação sexual se insere nas diferentes versões da BNCC. No que diz respeito à formação de professores para a educação sexual, o trabalho “Sexualidade e educação sexual nos cursos de licenciatura em Pedagogia: um eixo formativo desafiador”, que tratou de analisar o modo como os cursos de Licenciatura em Pedagogia concebem e orientam a formação docente, visando a abordagem da Sexualidade como uma demanda fundamental da formação humana a ser realizada nos espaços educacionais (MALAGI; SLONGO, 2024).

No que tange publicações a respeito da educação menstrual, é possível citar a dissertação de mestrado intitulada “Bases para uma Educação Menstrual Popular e LGBTQIAPN+” que buscou desvelar, das práticas sociais de educação menstrual, processos educativos que sejam aportes para uma educação menstrual popular e inclusiva na perspectiva da diversidade dos corpos que sangram (SAGGIORO, 2024) e, por último, o trabalho “Pobreza menstrual e saúde: construção de conhecimento por meio de uma revisão de literatura”, tratou de analisar as iniciativas públicas voltadas para a promoção da dignidade e educação menstrual no Brasil, a fim de identificar e gerar conhecimento sobre seus principais avanços, limitações e desafios (SANTOS et al., 2024).

Portanto, é fundamental que a educação seja exercida respeitando a diversidade. Por isso, reproduzir concepções essencialistas de gênero pode afastar e silenciar aqueles que não se reconhecem nessas formas de performar no mundo. Ademais, insistir em tratar dessas temáticas reforçando tabus existentes, marginaliza ainda mais as possibilidades de se trabalhar com a educação sexual e menstrual de maneira adequada. Por isso, a importância de fazer das escolas espaços seguros para tratar desses temas. Portanto, a seguir, serão apresentados de forma detalhada, os objetivos e a metodologia utilizada na produção dos materiais didáticos sobre educação sexual e menstrual no Instituto Federal do Paraná, bem como, a expectativa em relação aos impactos de seus resultados.

³ Para essa mostra breve, foram escolhidos os descritores “educação sexual” e “educação menstrual” e foram selecionados os últimos trabalhos publicados em 2024 que mais se alinham com as discussões apresentadas nessa seção.

PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO

Com o objetivo de oferecer informações adequadas a respeito da sexualidade e de criar espaços de debates sobre esses temas para adolescentes de instituições de educação básica, foi realizado, a partir de um projeto de pesquisa e extensão do Instituto Federal do Paraná a produção de materiais didáticos que tratam de questões relacionadas a educação sexual e menstrual. Nesta seção apresentaremos como se deu o processo de desenvolvimento desses materiais e explorar os resultados obtidos.

Os Institutos Federais de Educação são instituições de educação profissional e tecnológica de nível médio e superior que ofertam uma diversidade de cursos de formação básica, técnica e profissional, além de proporcionar condições para a realização de pesquisas e ações de extensão. O Instituto Federal do Paraná (IFPR), através da Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROEPPPI) oferece bolsas de incentivo à pesquisa e à extensão por meio de editais que acontecem todos os anos. Além disso, a Pró-Reitoria conta com uma Editora que publica obras que são publicadas pelos servidores e estudantes do IFPR.

O projeto de pesquisa e extensão intitulado “A filosofia da ciência e a bioética como instrumento de crítica à história da pesquisa em saúde feminina” discutiu as problemáticas que envolvem a saúde feminina à luz da Filosofia da Ciência e da Bioética, promovendo ações de pesquisa e extensão voltadas para estudantes dos Institutos Federais, especialmente em relação a informações sobre sexualidade. O projeto desenvolveu pesquisas e ações de extensão nas áreas de educação sexual, políticas públicas em saúde sexual e reprodutiva, saúde menstrual e incluiu ainda o desenvolvimento de um protótipo de máquina de produção de absorventes.

O projeto contou com a participação de nove bolsistas do ensino médio, além de estudantes voluntários. Além disso, foi contemplado em seis editais de auxílio à pesquisa, o que possibilitou a produção da máquina de absorventes, desenvolvida pelas estudantes, e a aquisição de material bibliográfico sobre o tema doado à biblioteca da instituição. Um dos resultados do projeto foi a produção de materiais didáticos para trabalhar os temas relacionados à vulnerabilidade menstrual e à educação sexual, como, por exemplo, a cartilha Tornar-se Mulher (COLOMBO, 2024), publicada em 2024 pela Editora IFPR.

Figura 1: Cartilha “Tornar-se Mulher”



Fonte: Colombo, 2024.

A cartilha tem como objetivo oferecer informações que auxiliem adolescentes entre 12 e 18 anos —sejam meninas cis, meninos ou meninas trans— a se aprofundarem no autoconhecimento sobre seus corpos e sua sexualidade. Além disso, o material busca promover reflexões a respeito dos lugares que mulheres cis e homens e mulheres trans ocupam nas dimensões social, política e cultural.

A cartilha foi produzida a muitas mãos. Foi com a colaboração das bolsistas do projeto que foram desenvolvidos os conteúdos da cartilha, resultado de pesquisas que já haviam sido realizadas. Em conjunto a identidade visual do material foi elaborada a partir da plataforma Canva. As decisões relacionadas ao título da cartilha e ao nome da personagem foram tomadas a partir das leituras das obras de Simone de Beauvoir que foram realizadas nas etapas anteriores da pesquisa. Os diálogos que compõem a cartilha foram pensados para serem apreciados pelo público-alvo do material.

Figura 2: Cartilha “Tornar-se Mulher” (diálogos)



Fonte: Colombo, 2024.

Os diálogos foram elaborados a partir de uma linha cronológica do crescimento da personagem Simone, abordando desde a primeira menarca até as mudanças no corpo decorrentes do ciclo menstrual. Foram desenvolvidas temáticas relacionadas aos estigmas e tabus existentes em torno da menstruação, à aceitação do próprio corpo e a como os corpos, especialmente de meninas e mulheres, são alvos de julgamentos. Também foram apresentadas as dúvidas e inseguranças dos primeiros envolvimento afetivos, as primeiras questões a respeito do exercício da sexualidade e a necessidade de acesso a informações adequadas sobre contracepção e prevenção de ISTs. Além disso, o texto tratou de temas relacionados à diversidade sexual e ao respeito às mais diversas formas de expressar a sexualidade e a identidade de gênero. Todos os diálogos foram baseados em resultados de pesquisas realizadas ao longo do projeto, destacando principalmente os temas mais relevantes no que diz respeito à educação sexual e menstrual, com foco especial em meninas e mulheres, além de pessoas trans.

Após a elaboração do material, foram realizadas análises gramaticais e edições visuais e de diagramação. Durante o processo de editoração, o conteúdo da cartilha passou pela avaliação de um comitê científico especializado no tema e correções solicitadas foram realizadas.

O projeto e as estudantes bolsistas participaram de diversas feiras de ciência no Brasil e, nessas feiras foi possível explorar os impactos do material didático. Avaliadores e visitantes da feira tinham a oportunidade de folhear a cartilha impressa no stand de apresentação dos projetos e ter acesso ao conteúdo que também podia ser encontrado online e gratuitamente. Ademais, as publicações da Editora do IFPR são gratuitas e de livre acesso, e, como o Instituto Federal do Paraná é uma instituição multicampi, a cartilha foi compartilhada com todos os campi, podendo ser acessada por qualquer pessoa.

É importante destacar que, o compartilhamento de materiais didáticos adequados para a educação sexual é crucial no que tange o acesso a informações com linguagem acessível para os diferentes públicos. Com isso, concluímos que até o momento, o material didático produzido visando oferecer conteúdos que trabalham com educação sexual e menstrual, por meio de uma linguagem clara

e de informações seguras, pode contribuir com a divulgação de conteúdos importantes aos jovens, esperando que esses conteúdos ofereçam conhecimentos necessários sobre contracepção, prevenção de ISTs, menstruação, higiene menstrual, sexualidad(es), identidad(es), entre outros, e auxilie no combate aos altos índices de gravidez precoce, vulnerabilidade menstrual e ações antigênero.

Pretende-se ainda que, assim como tantos outros materiais didáticos que são produzidos, este possa contribuir com a carência de informações a respeito da sexualidade, que incluem questões que envolvem tanto aspectos concernentes à prática sexual, como contracepção, por exemplo, mas que também abarque os debates sobre a biologia e o desenvolvimento dos corpos, como é o caso da educação menstrual, e sobre as dimensões sociais e culturais que se relacionam diretamente com a construção das identidades e com as formas de interação, que incluem, condicionantes sobre o respeito à diversidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se que o presente texto tenha contribuído para a abordagem de temas relacionados à educação sexual e menstrual nos espaços escolares, promovendo o acesso a informações confiáveis e elaboradas com rigor científico. O texto também buscou fomentar debates sobre pautas associadas à agenda antigênero, que desafiam a ciência e os espaços educacionais com críticas à chamada “ideologia de gênero” e ameaçam a liberdade de cátedra dos professores. Por fim, espera-se que os materiais didáticos possam estabelecer conexões com outras instituições de ensino, incluindo aquelas pertencentes à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT).

O trabalho buscou contribuir para a produção de conhecimento sobre educação sexual e menstrual no Brasil, um tema frequentemente negligenciado pelas diretrizes educacionais e pelas redes de ensino. Por ser realizado no Instituto Federal do Paraná, espera-se que o impacto inicial dos materiais didáticos se concentrem nos diversos campi da instituição, mas que também possa alcançar outros institutos e instituições, já que os materiais produzidos serão de acesso aberto e, portanto, acessíveis a todos. Espera-se, principalmente, que o presente texto e o material didático compartilhado contribua para a oferta de uma educação sexual e menstrual adequada aos adolescentes.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Luciana. Após seis meses, governo segue sem previsão de distribuir absorventes a mulheres. Brasília, CNN, 19 de setembro de 2022. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/saude/apos-seis-meses-governo-segue-sem-previsao-de-distribuir-absorventes-a-mulheres/>> Acesso em: 20/11/2024.

APROVADA EM DEFINITIVO MATÉRIA QUE PROÍBE ENSINO DA "IDEOLOGIA DE GÊNERO" NAS ESCOLAS. *Agência Assembleia de Notícias*. Góias, 24 de agosto de 2022. Disponível em: <<https://portal.al.go.leg.br/noticias/127100/aprovada-em-definitivo-materia-que-proibe-ensino-da-ideologia-de-generos-nas-escolas>> Acesso em: 20/11/2024.

ASSAD, Beatriz, F. Políticas públicas acerca da pobreza menstrual e sua contribuição para o combate à desigualdade de gênero. *Revista Antinomias* [Internet]. 2021 ;2(2):140-160. Disponível em: <<https://antinomias.com.br/index.php/revista/article/view/21>> Acesso em: 20/11/2024.

AMARAL, Luciana. Após seis meses, governo segue sem previsão de distribuir absorventes a mulheres. Brasília, CNN, 19 de setembro de 2022. Disponível em:

<<https://www.cnnbrasil.com.br/saude/apos-seis-meses-governo-segue-sem-previsao-de-distribuir-abs-orventes-a-mulheres/>> Acesso em: 20/11/2024.

BIROLI, Flávia. Conflitos em torno do gênero, conservadorismo antidemocrático e suporte popular. In: Paula, Marilene de, Vital, Christina (org.). *Religião, democracia e a extrema direita*. 1. ed., Rio de Janeiro: Fundação Heirich Böll, 2023. Disponível em: <https://br.boell.org/sites/default/files/2024-01/relatorio_religiao_democracia_ed.pdf> Acesso em: 21/11/2024.

BRASIL. *Adolescência primeiro gravidez depois*. Brasília, 2020.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018.

BRASIL. *Decreto nº 10.989, de 8 de março de 2022*. Regulamenta a Lei nº 14.214, de 6 de outubro de 2021, que institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual. Brasília, 2022.

BRASIL. *Decreto nº 11.432, de 8 de março de 2023*. Regulamenta a Lei nº 14.214, de 6 de outubro de 2021, que institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual. Brasília, 2023.

BRASIL. *Gravidez na adolescência: saiba os riscos para as mães e bebês e os métodos contraceptivos disponíveis no SUS*. Brasília, 2023.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996*. Brasília, 1996.

BRASIL. *Lei Federal 13.005, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, 2014.

BRASIL. *Lei nº. 10.172, de 9/1/2001*. Estabelece o Plano Nacional de Educação. Brasília, 2001.

BRASIL. *Lei nº 14.986, de 25 de setembro de 2024*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir a obrigatoriedade de abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas nos conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio; e institui a Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História no âmbito das escolas de educação básica do País. Brasília, 2024a.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental*. Brasília, 1997.

BRASIL. *Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2015*. Brasília, 2015.

BRASIL. *Saúde lança cartilha sobre educação sexual como política de transformação*. Brasília, 2024b.

BUTLER, Judith. *Quem tem medo de Gênero?* São Paulo: Boitempo, 2024.

CABRAL, Cristiane. DA S.; BRANDÃO, Elaine. R.. Gravidez na adolescência, iniciação sexual e gênero: perspectivas em disputa. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, n. 8, p. e00029420, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00029420>.

COLOMBO, Angélica, A. A Bioética como instrumento de crítica às políticas públicas em saúde reprodutiva feminina e educação sexual no Brasil. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, [S. l.], v. 33, p. 1056, 2022. DOI: <https://doi.org/10.35919/rbsh.v33.1056>.

COLOMBO, Angélica, A. *Tornar-se Mulher: um guia prático das mudanças ocorridas no corpo feminino*. Curitiba: Editora IFPR, 2024. Disponível em: <https://editora.ifpr.edu.br/index.php/aeditora/catalog/book/142> Acesso em: 18/11/2024.

COLOMBO, Angélica. A.; Bianco, Júlia. V.; Soares Rodrigues, Isabelle. Saúde menstrual nas escolas: ações de extensão em instituições de educação profissional e tecnológica. *UFF & Sociedade*, v. 4, n. 5, p. 1-13 e040503, 1 out. 2024b. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/uffsociedade/article/view/63546> Acesso em: 09/12/2024.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A POPULAÇÃO (UNFPA). *Relatório Situação da População Mundial 2020 - Contra minha vontade: desafiando as práticas que prejudicam mulheres e meninas e, impedem a igualdade*. 2020. 164 p. Disponível em: https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/situacao_da_populacao_mundial_2020-unfpa.pdf Acesso em: 10/12/2024.

LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

MALAGI, Aline; Slongo, Iône Inês Pinsson. Sexualidade e educação sexual nos cursos de licenciatura em Pedagogia: um eixo formativo desafiador. *Cadernos de Pesquisa*, p. 1–30, 28 Jun 2024. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/18315>. Acesso em: 09/12/2024.

PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION; UNITED NATIONS POPULATION FUND. *Adolescent pregnancy in latin america and the Caribbean*. [Internet]. Agosto, 2020. 10 p. Disponível em: https://lac.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/final_dec_10_approved_policy_brief_design_ch_a_dolescent.pdf Acesso em: 09/12/2024.

PINTO, I. V., Bernal, R. T. I., Souza, J. B., Andrade, G. N. de ., Araújo, L. F., Felisbino-Mendes, M. S., Souza, M. de F. M. de ., Montenegro, M. de M. S., Vasconcelos, N. M. de ., & Malta, D. C Gravidez em meninas menores de 14 anos: análise espacial no Brasil, 2011 a 2021. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 29, n. 9, p. e10582024, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232024299.10582024>.

PROJETO DE LEI PREVÊ PENA DE HOMICÍDIO SIMPLES PARA ABORTO APÓS 22 SEMANAS DE GESTAÇÃO. *Agência Câmara de Notícias*. Brasília, Direitos Humanos, 11 de junho de 2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1071458-projeto-de-lei-preve-pena-de-homicidio-simples-para-aborto-apos-22-semanas-de-gestacao/> Acesso em: 20/11/2024.

SAGGIORO, Za, Chacon. *Bases para uma Educação Menstrual Popular e LGBTQIAPN+*. Dissertação (Mestrado em Educação). São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/20952?show=full> Acesso em: 09/12/2024.

SANTOS, Mariana. C. dos; BORTOTO, Giullia. C.; ELIAS, Maria. Ligia. G. G. R. Pobreza menstrual e saúde: construção de conhecimento por meio de uma revisão de literatura. *Caderno Pedagógico*, [S. l.], v. 21, n. 7, p. e5811 , 2024. DOI: <https://doi.org/10.54033/cadpedv21n7-154>.

UNFPA. Fundo de População das Nações Unidas; UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. *Pobreza Menstrual no Brasil: desigualdade e violações de direitos*. [Internet]. 2021. Disponível em:

<https://www.unicef.org/brazil/media/14456/file/dignidade-menstrual_relatorio-unicef-unfpa_mai02021.pdf> Acesso em: 09/12/2024.

UNITED NATIONS (UN). Department of Economic and Social Affairs, Population Division. *Fertility among very young adolescents aged 10-14 years* [Internet]. 2020. Disponível em: <<https://www.un.org/en/development/desa/population/publications/pdf/fertility/Fertility-young-adolescents-2020.pdf>> Acesso em: 09/12/2024.

VICENTE, Luciane. D. S.. A Educação Sexual nas diferentes versões da Base Nacional Comum Curricular: da abertura ao silenciamento em torno da temática. *Educação em Revista*, V. 40, P. E45439, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-469845439>.

CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS

Autora 1 – Coordenadora do projeto, coleta de dados, análise dos dados e escrita do texto.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.